

política

Deputados gaúchos têm 22 projetos aptos à votação

Meio ambiente é tema recorrente entre as matérias para análise

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Os líderes das bancadas se reúnem no final da manhã desta terça-feira na sala da presidência da Assembleia Legislativa para decidir quais dos 22 projetos aptos à votação serão encaminhadas ao plenário. Uma matéria foi proposta pelo Judiciário e as outras têm origem parlamentar. Um dos temas recorrentes nos projetos é o meio ambiente - incluindo propostas relacionadas à emergência climática, manutenção de barragens, desassoreamento de rios e fauna gaúcha.

O projeto do deputado estadual Matheus Gomes (PSOL), por exemplo, não só reconhece o estado de emergência climática, como também estabelece a meta de neutralização das emissões de gases de efeito estufa até 2050. O texto prevê ainda a elaboração de um plano para a transição energética sustentável no Rio Grande do Sul. Em outra proposta, Gomes também quer reconhecer o sapinho-admirável-de-barriga-vermelha como patrimônio genético do Rio Grande do Sul.

Além disso, o deputado Gui-



Reunião de líderes das bancadas definirá matérias que vão a plenário

lherme Pasin (PP) propõe a Política Estadual de Apoio e Fomento ao Desassoreamento de rios, arroios, açudes, lagos, lagoas, lagoas e canais. A ideia é prevenir e minimizar os efeitos e danos causados por enchentes, inundações e alagamentos no território gaúcho. Capitão Martim (Republicanos) apresentou uma matéria criando a Política de Transparência da Operação, Manutenção e Medidas de Segurança das Barragens no Rio Grande do Sul.

Além dos projetos relacionados ao meio ambiente, o Professor Issur Koch (PP) apresentou uma proposição que institui o

Conselho Estadual de Combate à Informalidade, um órgão colegiado dentro da estrutura da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Segundo o texto, o objetivo do conselho seria promover ações contra a pirataria, contrabando e outras formas de informalidade. Valdeci Oliveira (PT) propõe a obrigatoriedade de um fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva. E o Delegado Zucco (Republicanos) quer que os órgãos de segurança cobrem uma multa pelo porte e uso de entorpecentes em ambientes públicos no Rio Grande do Sul.

Aprovada CPI para investigar tentativa de invasão do Legislativo

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz
sofia@jcrs.com.br

Após tumulto em sessão da última quarta-feira, a Câmara de Porto Alegre irá instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar suposta tentativa de invasão do Legislativo. O pedido foi assinado por parlamentares da base governista e está em análise na Procuradoria-Geral da casa. Como requerente da CPI, a vereadora Mariana Lescano (PP) presidirá o colegiado.

De acordo com a solicitação da parlamentar, a comissão investigará a tentativa de invasão do prédio, a agressão a servidores da Guarda Municipal, danos ao patrimônio público e a obstrução do exercício do mandato parlamentar, todos qualificados como crimes segundo o Código Penal. “Tais atos não parecem ter ocorrido de forma espontânea, mas partiram de um movimento articulado para causar baderna e violência, impedindo o andamento regular dos trabalhos do Parlamento Portoalegrense e a votação dos importantes projetos referidos anteriormente”, diz o texto protocolado.

Segundo a vereadora, os manifestantes que causaram danos ao prédio e aos agentes de segurança devem ser identificados e responsabilizados, para assim evitar que a situação da última semana se repita. “Não é correto que o Parlamento municipal, que trabalha pelo povo, tenha sido impedido de trabalhar e que as pessoas não respondam pelos crimes que já apuramos.”

Quando questionada, ela esclareceu que o foco do colegiado não é investigar possíveis desvios de conduta da Guarda Municipal durante o conflito, apuração que ficará a cargo da prefeitura. Sobre o trabalho dentro da comissão, Mariana afirma que serão convocados servidores atacados durante o confronto e vereadores que estiveram presentes durante o ocorrido, bem como as imagens das câmeras corporais dos guardas e demais imagens da Câmara, muitas que poderão ser usadas para a identificação dos militantes.

Na visão de um vereador da situação, para além de investigar uma possível invasão do Legislativo, a nova CPI é um mecanismo para barrar mais um colegiado que investigasse as questões do Departamento de Água e Esgotos (Dmae), muitas apresentadas ao longo da CPI do Dmae, encerrada na última

quinta-feira.

O conflito da quarta também gerou mudanças no protocolo de segurança da Câmara, apresentado aos líderes das bancadas na última sexta-feira. O novo documento apresenta condutas mais rígidas em dias considerados “atípicos”, quando projetos de alta repercussão na sociedade estão em pauta para votação. Na manhã de ontem, a presidente da casa, Comandante Nádia (PL), apresentou o documento à Mesa Diretora, mas a proposta ainda não foi votada. A intenção é que as mudanças sejam aprovadas até hoje para que já sejam efetivas na sessão de amanhã, quando o projeto de concessão parcial do Dmae deve começar a ser discutido.

Na visão de Nádia, o novo protocolo oportuniza que as galerias sejam preenchidas, ao mesmo tempo que preza pela segurança de todos. “A ideia é de que tenhamos segurança e de que os trabalhos da Câmara não sejam interrompidos, como aconteceu na última quarta”, explicou. Segundo ela, a colocação de gradis na frente do portão de acesso ao prédio e a necessidade de documento de identificação para a entrada são as principais alterações do novo documento. “Queremos manifestação sem invasão”, categorizou.

Para o vereador Alexandre Bublitz (PT), no entanto, o documento é um protocolo “anti-gente”. Durante a reunião da Mesa Diretora, da qual é parte, o vereador solicitou vistas do projeto, o que não lhe foi garantido. Após isso, o parlamentar deixou a sessão, assim derrubando o quórum mínimo e impedindo que o documento fosse votado. “É um protocolo deles contra nós”, afirmou, fazendo referência às tensões crescentes entre os blocos de base e de oposição.

Após a apresentação do documento aos líderes, o vereador Roberto Robaina (PSOL) protocolou um requerimento solicitando atenção à Mesa Diretora em relação ao novo protocolo. Segundo o texto, vários pontos do documento são inconstitucionais, como a restrição de horários de saída de veículos de vereadores e de servidores e a ordem de fechar totalmente os acessos ao prédio em caso de risco de invasão, o que poderia ocasionar mais riscos de segurança em caso de incêndio, por exemplo.

A solicitação também cita a revista de porta-malas e a colocação de gradis como medidas que ferem o direito à privacidade e a lei federal de proteção contra incêndios, respectivamente.

Supremo retoma hoje julgamento do núcleo 4

/ JUDICIÁRIO

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje o julgamento do chamado núcleo 4 da trama golpista, o grupo é apontado como responsável pela disseminação de desinformação contra as urnas eletrônicas e pelo apoio logístico aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Nesta fase do processo será iniciada a votação dos ministros. O relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes, será o primeiro a votar, seguido pelos colegas de turma Cristiano Zanin, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Flávio Dino. Na semana passada, foram apresentados o parecer do processo e os argumentos da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da defesa dos réus.

O grupo em julgamento é

composto por militares da ativa e da reserva, além de ex-integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), acusados pela PGR de integrar uma campanha coordenada de desinformação.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu a condenação dos réus. Em sua justificativa, Gonet associou diretamente a campanha de fake news promovida pelo grupo aos ataques violentos ocorridos em Brasília.

Segundo o chefe da PGR, houve um “manejo estratégico de informações sabidamente falsas como instrumento de desestabilização social”. Para ele, “a revolta popular verificada ao final do iter crimínis (caminho do crime) tem relação causal com a trama gerada e insuflada pela ação deste núcleo de acusados”.

Réus

■ **Ailton Gonçalves Moraes Barros**, capitão reformado do Exército

■ **Ângelo Martins Denicoli**, major da reserva do Exército

■ **Carlos César Moretzsohn Rocha**, ex-presidente do Instituto Voto Legal (IVL)

■ **Giancarlo Gomes Rodrigues**, subtenente do Exército e ex-servidor da Abin

■ **Guilherme Marques de Almeida**, tenente-coronel do Exército

■ **Marcelo Araújo Bormevet**, policial federal e ex-servidor da Abin

■ **Reginaldo Vieira de Abreu**, coronel do Exército